

TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTE DE CONDUTA Nº 129/2007

Pelo presente instrumento, por um lado a **Agência Nacional de Saúde Suplementar**, pessoa jurídica de direito público, autarquia especial vinculada ao Ministério da Saúde, neste ato representada por seu Diretor de Fiscalização, Dr. Eduardo Marcelo de Lima Sales, doravante denominada **ANS**, e por outro lado a operadora de planos privados de assistência à saúde denominada **UNIMED GOIÂNIA COOPERTIVA DE TRABALHO MÉDICO**, inscrita no CNPJ sob o número 02.476.067/0001-22, com sede na Praça Gilson Alves de Souza, nº 650 (T-7 esq. c/ T-1) – Setor Bueno, Goiânia – Goiás, neste ato representada por Sizenando da Silva Campos Júnior, brasileiro, casado, Diretor-Presidente da Operadora e João Damasceno Porto, brasileiro, casado, Diretor-Administrativo da Operadora, portadores das Cédulas de Identidade nºs 696.492 e 3.728.516, expedidas pelas SSP/GO e DGPC/GO, respectivamente, e inscritos no CPF sob os nºs 253.468.571-68 e 039.584.931-49, respectivamente, com poderes para firmar compromissos em nome da operadora, nos termos do Estatuto Social da Operadora, documento este juntado aos autos do Processo Administrativo de nº 33902.170752/2005-45, doravante denominada **COMPROMISSÁRIA**, com fundamento no inciso XXXIX do artigo 4º da Lei 9.961, de 28 de janeiro de 2000, combinado com o artigo 29 da Lei nº 9.656 de 03 de junho de 1998, e na forma da Resolução de Diretoria Colegiada – RDC nº 57, de 19 de fevereiro de 2001,

considerando que a **ANS**, na forma de suas competências legais, está autorizada a celebrar, no âmbito dos processos administrativos sancionadores, compromisso de ajuste de conduta, conforme disposto no parágrafo 1º do art. 29 da Lei nº 9656/1998;

considerando a existência do Processo Administrativo de caráter sancionador, instaurado sob o nº 33902.204795/2002-99, com o objetivo de apurar condutas infrativas imputadas à **COMPROMISSÁRIA**;

considerando a necessidade de adequação das condutas em apuração no referido processo às normas estabelecidas pela Lei 9.656/98 e sua regulamentação, bem como a necessidade de se evitar a prática reiterada destas condutas por parte da **COMPROMISSÁRIA**, objetivando-se, assim, atender ao interesse público visado com a regulação do mercado de saúde suplementar;

considerando, finalmente, o interesse da **COMPROMISSÁRIA**, ainda que não reconheça a ilicitude das condutas em apuração, em assumir obrigações positivas e negativas que assegurem sua plena regularização perante esta Agência Reguladora;

resolvem celebrar o presente Termo de Compromisso de Ajuste de Conduta, aprovado pela Diretoria Colegiada da **ANS** na 155ª Reunião, realizada em 7 de março de 2007, de acordo com as cláusulas e condições que se seguem.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

Este Termo tem por objeto o ajustamento de condutas em apuração no Processo Administrativo nº 33902.204795/2002-99, instaurado em decorrência de fiscalização do Programa Olho Vivo, pela Gerência-Geral de Fiscalização Planejada/DIFIS, resultando na lavratura do Auto de Infração de n.º 8339, em razão da constatação de cláusulas contratuais em desconformidade com a legislação, verificadas na comercialização dos produtos provisoriamente registrados na **ANS** sob os números 410.178/99-2, 410.179/99-1, 410.182/99-1, 410.183/99-9, 410.184/99-7, 410.185/99-5, 410.186/99-3, 410.187/99-1, 416.099/99-1, 416.100/99-9, 416.104/99-1, 416.105/99-0, 416.106/9-98, 416.107/99-6, 416.108/99-4, 416.110/99-6, 416.113/99-1, 416.114/99-9, 416.115/99-7, 416.116/99-5, 417.885/99-8, 417.886/99-6, 423.150/99-3, 423.151/99-1, 423.152/99-0, 423.155/99-4, 423.156/99-2, 423.157/99-1, 423.158/99-9, 436.474/01-1, 436.475/01-9, 436.476/01-7, 436.477/01-5 comercializados por meio do contrato designado **Plano de Saúde Individual/Familiar**, correspondente aos seguintes artigos:

- a. **Cláusula 16.4** - Prever no contrato a suspensão ou rescisão unilateral dos contratos com consumidores por período inferior a sessenta dias consecutivos ou não nos últimos doze meses de vigência do contrato, em inobservância ao disposto na Lei nº 9.656/98, art. 13, parágrafo único, incisos II e III;
- b. Deixar de garantir as coberturas obrigatórias previstas no art. 12 da Lei nº 9.656/98 e sua regulamentação ao omitir no contrato os percentuais de reajustes incidentes em cada faixa etária, em inobservância ao disposto na Lei nº 9.656/98, art. 15, caput c/c art. 12, parágrafo 1º c/c art. 16, incisos IV e XI;
- c. Deixar de garantir as coberturas obrigatórias previstas no art. 12 da Lei nº 9.656/98 e sua regulamentação ao prever no contrato prazo de carência superior ao máximo para demais casos de exames e procedimentos, em inobservância ao disposto na Lei nº 9.656/98, art. 12, inciso V, alínea b;
- d. **Cláusula 6.1** - Deixar de garantir as coberturas obrigatórias previstas no art. 12 da Lei nº 9.656/98 e sua regulamentação ao omitir no contrato cobertura de cirurgia plástica reconstrutiva de mama, em inobservância ao disposto na Lei nº 9.656/98, art. 10-A c/c art. 16, inciso VI c/c art.12;

- e. Deixar de garantir as coberturas obrigatórias previstas no art. 12 da Lei nº 9.656/98 e sua regulamentação ao não prever 8 (oito) semanas por ano de tratamento em regime de hospital-dia para portadores de transtornos psiquiátricos no segmento hospitalar, em inobservância ao disposto na Lei nº 9.656/98, art. 12, inciso II, alínea *a* c/c art. 16, inciso VI c/c CONSU 11, art. 5º, inciso I;
- f. Deixar de garantir as coberturas obrigatórias previstas no art. 12 da Lei nº 9.656/98 e sua regulamentação ao não prever no contrato ônus e a responsabilidade da operadora pela remoção do paciente para uma unidade do SUS até o registro da internação no SUS, na segmentação hospitalar, em inobservância ao disposto na Lei nº 9.656/98, art. 12, II c/c art. 35-C c/c CONSU 13, art. 7º, parágrafos 2º e 3º.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA COMPROMISSÁRIA

Para dar exato cumprimento às normas que regulamentam o exercício da atividade de comercialização de planos privados de assistência à saúde, nos termos do que estabelece a Lei nº 9.656/98 e sua regulamentação, a **COMPROMISSÁRIA** obriga-se a praticar todos os atos a seguir indicados, sujeitando-se às respectivas multas pecuniárias em caso de descumprimento:

2.1 – Obrigação assumida pela COMPROMISSÁRIA referente à futura comercialização dos produtos provisoriamente registrados na ANS sob os números 410.178/99-2, 410.179/99-1, 410.182/99-1, 410.183/99-9, 410.184/99-7, 410.185/99-5, 410.186/99-3, 410.187/99-1, 416.099/99-1, 416.100/99-9, 416.104/99-1, 416.105/99-0, 416.106/9-98, 416.107/99-6, 416.108/99-4, 416.110/99-6, 416.113/99-1, 416.114/99-9, 416.115/99-7, 416.116/99-5, 417.885/99-8, 417.886/99-6, 423.150/99-3, 423.151/99-1, 423.152/99-0, 423.155/99-4, 423.156/99-2, 423.158/99-9, 436.474/01-1, 436.475/01-9, 436.476/01-7, 436.477/01-5 comercializados por meio do contrato designado **Plano de Saúde Individual/Familiar:**

2.1.1 – A COMPROMISSÁRIA obriga-se a cessar, a partir da data de assinatura do presente Termo, a utilização de qualquer instrumento contratual que confronte com as obrigações assumidas neste Termo, incluindo a utilização do contrato designado *Plano de Saúde Individual/Familiar*, para a comercialização dos produtos indicados neste item 2.1, caso esse instrumento ainda contenha algum dispositivo em desconformidade com a legislação, como os enumerados na CLÁUSULA PRIMEIRA do presente Termo.

2.2 – Obrigações assumidas pela COMPROMISSÁRIA referente ao aditamento do contrato denominado , por ela comercializado até a data de assinatura do presente Termo:

2.2.1 – Apresentar, para aprovação da **ANS**, mediante correspondência encaminhada à Gerência Geral de Fiscalização Planejada, na Avenida Augusto Severo, nº 84, 11º andar, Glória, Rio de Janeiro – CEP 20021-040, **no prazo de 30 (trinta) dias após a obtenção do registro definitivo dos produtos registrados provisoriamente na ANS sob os nºs** 410.178/99-2, 410.179/99-1, 410.182/99-1, 410.183/99-9, 410.184/99-7, 410.185/99-5, 410.186/99-3, 410.187/99-1, 416.099/99-1, 416.100/99-9, 416.104/99-1, 416.105/99-0, 416.106/9-98, 416.107/99-6, 416.108/99-4, 416.110/99-6, 416.113/99-1, 416.114/99-9, 416.115/99-7, 416.116/99-5, 417.885/99-8, 417.886/99-6, 423.150/99-3, 423.151/99-1, 423.152/99-0, 423.155/99-4, 423.156/99-2, 423.158/99-9, 436.474/01-1, 436.475/01-9, 436.476/01-7, 436.477/01-5 a minuta para aditamento aos contratos firmados em data anterior à de assinatura do presente Termo em decorrência da comercialização desses produtos, contemplando todas as alterações promovidas nas disposições contratuais aprovadas no processo de concessão do registro definitivo de tais produtos.

2.2.2 – Encaminhar à Gerência Geral de Fiscalização Planejada – GGFIPI, da Diretoria de Fiscalização – DIFIS, **no prazo de 30 (trinta) dias** da aprovação da minuta de aditamento de que trata o item anterior, uma via do aditamento aos contratos em vigor na data da assinatura do presente Termo, nos termos aprovados pela **ANS**.

2.2.3 – Comunicar aos titulares dos contratos em vigor nesta data, **no prazo de 30 (trinta) dias após o encaminhamento de que trata o item anterior**, as alterações promovidas em seu contrato, convocando-os para retirar os respectivos aditamentos em qualquer das regionais da Operadora.

2.2.3.1 – A obrigação assumida neste item deverá ser comprovada mediante apresentação de AR endereçado ao titular do contrato, ou qualquer outra forma que comprove a ciência inequívoca do beneficiário titular, deixando tais comprovantes disponíveis à fiscalização da **ANS** a ser realizada após o encerramento do prazo de vigência deste TCAC.

2.3 – Pelo descumprimento das obrigações assumidas no caput desta cláusula, a **COMPROMISSÁRIA** ficará sujeita, enquanto perdurar o eventual descumprimento, às seguintes **multas diárias**:

2.3.1 – Pelo descumprimento da obrigação indicada no item 2.1.1, **multa diária no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais)**.

2.3.2 – Pelo descumprimento da obrigação indicada no item 2.2.1, **multa diária no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais)**.

2.3.3 – Pelo descumprimento da obrigação indicada no item 2.2.2, **multa diária no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais)**.

2.3.4 – Pelo descumprimento da obrigação indicada no item 2.2.3, **multa diária no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais)**.

2.4 – A **COMPROMISSÁRIA** fica dispensada de requerer o registro definitivo do produto registrado provisoriamente na **ANS** sob o nº **423.157/99-1**, por não ter mais interesse na sua comercialização, declarando neste ato, sob as penas da lei, não haver beneficiários a eles vinculados.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PROCESSO DE AJUSTAMENTO DA(S) CONDUTA(S)

O acompanhamento e verificação do cumprimento das obrigações assumidas na cláusula anterior serão coordenados pela Diretoria de Fiscalização - DIFIS, com apoio da Diretoria de Normas e Habilitação dos Produtos – DIPRO, em razão de suas competências regimentais.

3.1 – Encerrados os prazos concedidos para ajustamento pleno das condutas e realizadas as diligências necessárias à verificação dos atos praticados pela **COMPROMISSÁRIA**, a Diretoria de Fiscalização elaborará parecer conclusivo e propositivo a ser encaminhado à Diretoria Colegiada.

3.2 – Na hipótese de o parecer elaborado propor o reconhecimento de não cumprimento de qualquer das obrigações assumidas pela **COMPROMISSÁRIA**, será concedido prazo de 10 (dez) dias, contados da data da intimação, para que esta se manifeste, antes de o processo ser encaminhado para julgamento pela Diretoria Colegiada.

3.3 – Observados os procedimentos estabelecidos nos itens anteriores, o processo será encaminhado à Diretoria Colegiada que deliberará sobre o cumprimento ou não das obrigações assumidas pela **COMPROMISSÁRIA**.

CLÁUSULA QUARTA - DO PROCESSO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR

O Processo Administrativo de nº 33902.204795/2002-99 ficará suspenso a partir da data da assinatura do presente Termo e assim permanecerá até que haja decisão quanto ao cumprimento das obrigações estabelecidas no TCAC pela Diretoria Colegiada.

4.1 – Reconhecido o cumprimento integral das obrigações assumidas, o Processo Administrativo Sancionador será julgado extinto e arquivado.

4.2 – Declarado o não cumprimento de qualquer das obrigações, o processo administrativo sancionador que tiver por objeto a investigação de obrigação não cumprida terá sua suspensão revogada, prosseguindo exclusivamente com relação a tais obrigações.

4.3 – Além da revogação de suspensão indicada no item anterior, o presente Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta será enviado à Procuradoria-Geral da **ANS** para execução judicial, na forma do art. 645 do Código de Processo Civil, das obrigações não cumpridas, bem como do valor correspondente à incidência das multas diárias previstas na Cláusula Segunda, sem prejuízo das penalidades a serem aplicadas pela Diretoria de Fiscalização, de acordo com o disposto no art. 14 da RDC nº 57/2001, decorrente da infração que vier a ser comprovada no âmbito do processo sancionador.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA

O presente Termo passa a vigorar a partir da data de sua assinatura, encerrando sua vigência **60 (sessenta) dias** após o cumprimento do item 2.2.2 supra.

CLÁUSULA SEXTA – DA EXTINÇÃO DO TCAC

Este Termo será extinto com a declaração da Diretoria Colegiada de cumprimento de todas as obrigações nele assumidas, com o conseqüente arquivamento do processo administrativo de natureza sancionadora que lhe deu origem.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS CONDIÇÕES PARA CELEBRAÇÃO DE NOVO TCAC

A **COMPROMISSÁRIA** declara-se ciente de que o descumprimento de qualquer das obrigações assumidas no presente ajuste implicará, além das medidas indicadas nas cláusulas precedentes, na impossibilidade de celebração de outro Termo de Compromisso de Ajuste de Conduta, pelo prazo de 02 (dois) anos, a contar do ato de revogação da suspensão do processo administrativo sancionador.

CLÁUSULA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO

Este Termo será publicado no Diário Oficial da União em até 05 (cinco) dias úteis após sua assinatura, na forma de extrato, e seu inteiro teor será divulgado na página da **ANS**, no endereço eletrônico <http://www.ans.gov.br>.

E, estando a **COMPROMISSÁRIA** de acordo com as condições aqui estabelecidas, e ciente de que o descumprimento total ou parcial do presente Termo ensejará sua remessa à Procuradoria da **ANS** para execução judicial das obrigações dele decorrentes como título executivo extrajudicial, é o presente assinado em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para os fins de direito.

Brasília, de de 2007.

**UNIMED GOIÂNIA COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO
SIZENANDO DA SILVA CAMPOS JÚNIOR**

**UNIMED GOIÂNIA COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO
JOÃO DAMASCENO PORTO**

**AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR – ANS
EDUARDO MARCELO DE LIMA SALES**